

Moção

VIII Assembleia REBRIP

3-4 de Agosto de 2021

Desde 2008, o cenário internacional é cada vez mais marcado por uma forte polarização entre os EUA e a China, em um quadro de disputa hegemônica e rápidas mudanças tecnológicas, entre as quais se destacam a chamadas “Indústria 4.0”, a agricultura “*smart*” e a ampliação do comércio digital.

De um lado, os EUA começam a operar contra um sistema multilateral que foi sendo criado sob sua hegemonia, do imediato pós-Segunda Guerra Mundial (Sistema ONU, instituições de Bretton Woods como FMI e Banco Mundial, e outras) até o sistema de liberalização comercial sob a égide da OMC a partir de meados dos anos 1990.

De outro lado, China ganha espaços crescentes nessas instituições e passa a defender o multilateralismo e a institucionalidade da liberalização do comércio mundial, com a OMC à frente.

Nesse mesmo período, observamos que a resposta dos países ocidentais à crise de 2007-2008 foi a ampliação de um protecionismo não-explícito, ao mesmo tempo que reforçavam a demanda pela ampliação de espaços de garantias institucionais (áreas como propriedade intelectual, investimentos etc.) dentro da ideia vendida como “segurança jurídica” aos investidores.

Com esse pano de fundo, se aprofunda um debate sobre a necessidade de uma reforma da OMC. Da mesma forma, crescem as discussões dos temas sociais e ambientais, que têm encontrado espaço privilegiado na agenda das negociações de comércio.

A partir de 2019, a conjuntura latino-americana foi marcada por nova reviravolta política. Depois de uma maré neoconservadora levada adiante através de rupturas institucionais, emerge uma nova esperança de resistência se são considerados processos como os que levaram à Convenção Constituinte no Chile; às eleições de governos identificados ao espectro progressista na Argentina, Bolívia e Peru; ou a resistência social nas ruas, que vemos em países como Brasil e Colômbia. Frente ao trinômio neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo, estas sociedades mostram que alternativas vêm sendo buscadas por aqueles que se veem profundamente atingidos pelas políticas antissociais do nosso tempo.

No Brasil, a onda neoconservadora emergiu de um golpe político, que obteve o apoio do judiciário e da imprensa. Desde então, governos de extrema-direita buscam

avançar a sua proposta de desfinanciamento do Estado e da política social em favor das grandes corporações e do sistema financeiro. Os efeitos desta forma de governo ideológico, não se restringem ao nível nacional, mas já se fazem sentir na política externa brasileira. Tal foi o caso do apoio oferecido pelo governo brasileiro ao golpe contra o processo eleitoral boliviano em 2019. Por isso, afirmamos que a extrema-direita brasileira representa um risco real não só para a democracia e para os direitos humanos no Brasil, mas para toda a região.

Considerando o contexto de crise sanitária global, é possível dizer que a pandemia da Covid-19 serviu para aprofundar algumas das consequências mais nocivas do livre-comércio. A discussão sobre vacinas, medicamentos e serviços de saúde serviu para explicitar o quadro de fragilidade gerado por anos de desmonte e privatização dos serviços públicos e subordinação aos interesses dos grandes laboratórios produtores de medicamentos. Da mesma forma, a permissão legal para que atividades econômicas vinculadas a um modelo de crescimento neoextrativista continuassem sendo desenvolvidas tanto contribuiu para a disseminação da doença quanto tornou visível a face de trabalhadores-as e comunidades cujas vidas permanecem sacrificadas sob o olhar do governo e do mercado.

No que tange a agenda comercial, os governos autoritários e liberais na região buscaram aprofundar e acelerar as negociações de uma série de acordos. Entretanto, isso não se faz sem resistência, e a retomada e fortalecimento de articulações novas ou pré-existentes da sociedade civil dos países da região mostram a disposição de luta para evitar esse caminho. A disputa que vem pela frente deve seguir opondo os defensores do livre-comércio e da agenda dos interesses corporativos aos interesses estratégicos da maioria da população e da sociedade civil.

Nesse sentido, povos originários, negros-as, mulheres e LGBTQIs, pequena agricultura e agricultura familiar, trabalhadores/as formais e informais são as/os mais vulneráveis aos trágicos efeitos da agenda corporativa e do livre comércio, e à reprimarização, isto é, ao aprofundamento do extrativismo na região, que acompanha a lógica econômica de inserção da América Latina na colonial divisão internacional do trabalho e na economia mundial.

Neste sentido, é importante levantar ainda a relevância do processo de integração regional. Uma integração democrática, com participação social e fundamentalmente social, cultural e ambientalmente sustentável, que possa apontar com estratégias diferenciadas e alternativas ao desenvolvimento de nossa região. Para as organizações sociais, é importante não apenas participar das discussões sobre o futuro do Mercosul, como junto a parceiros dos demais países da região.

As dificuldades econômicas do momento, as tensões no Mercosul e os impactos ambientais têm servido a colocar as discussões sobre os acordos de comércio, em particular o Acordo EU\Mercosul, assinado por Bolsonaro em 2019 e em processo de ratificação nos parlamentos, em um patamar mais visível e amplamente contestado. Assim, é importante aproveitar esse momento de ampliação da relevância do tema para ganhar musculatura enquanto rede que trabalha esse tema, problematizando as dificuldades da liberalização comercial, assim como ampliando o debate sobre alternativas.

É fundamental subordinar os tratados de livre-comércio em negociação e os interesses corporativos das grandes empresas transnacionais aos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais dos povos. E ao mesmo tempo promover uma política externa autônoma, que vise o multilateralismo, a integração regional e o debate de alternativas à liberalização comercial e suas trágicas consequências para os países e suas populações.

A REBRIP a partir de sua 8ª. Assembleia se compromete a responder a esta agenda de tarefas, renovando-se e reforçando a sua capacidade de formação e inserção nos debates nacionais, contribuindo para inserir os seus temas de agenda na discussão geral. Assim, torna-se crucial a estruturação e legitimação da rede, mais uma vez, reforçando a comunicação e integração entre suas organizações e sua coordenação, além de fortalecer suas conexões regionais e internacionais. É necessário trabalhar, ainda, para retomar os mecanismos de participação que já existiram no âmbito das políticas públicas, em geral, e da política externa, em particular, reconstituindo o espírito participativo que orienta a sociedade civil no Brasil. Preparar-se para aprofundar a nossa capacidade para entender, discutir, formular e atuar em uma conjuntura complexa, dentro de um horizonte de modificações profundas para os próximos anos, no país e no mundo. Esta será nossa missão até a próxima Assembleia.